

Da proibição à pesquisa: outros caminhos para estudar mulheres no futebol brasileiro¹

Caroline Soares Almeida

*Universidade São Judas Tadeu, Universidade
Federal de Pernambuco e INCT-Futebol*

Resumo:

Este capítulo discute caminhos metodológicos para a pesquisa sobre mulheres no futebol brasileiro com base em um conjunto documental pouco explorado: processos da Divisão de Censura de Diversões Públicas. A reflexão parte de investigações realizadas na Hemeroteca da Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional, nas quais documentos de censura sobre músicas, programas humorísticos e outras produções culturais revelaram disputas simbólicas em torno da presença de mulheres no futebol entre 1941 e 1979. O material evidencia um padrão recorrente: representações que conferiam protagonismo esportivo às mulheres eram frequentemente vetadas, enquanto narrativas ridicularizantes circulavam com maior facilidade. Ao discutir esse achado, o capítulo propõe que arquivos de censura podem ser mobilizados como fontes relevantes para compreender não apenas mecanismos institucionais de controle, mas também os regimes de visibilidade que moldaram a trajetória do futebol de mulheres no Brasil. A análise contribui para ampliar o repertório metodológico das pesquisas sobre futebol, gênero e cultura no país

Palavras-chave: futebol de mulheres; gênero; censura cultural; regimes de visibilidade; resistência.

Abstract:

This chapter explores methodological approaches to researching women's football in Brazil using a relatively unexplored body of documents: records

¹ Esta pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do Edital INCT 58/2022, no âmbito do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Estudos do Futebol Brasileiro.

from the Division of Public Entertainment Censorship (Divisão de Censura de Diversões Públicas). Based on investigations conducted at the National Library's Hemeroteca and the Brazilian National Archives, the analysis reveals symbolic disputes surrounding women's presence in football between 1941 and 1979, as evidenced by censorship files related to songs, humour programmes, and other cultural productions. The documents reveal a recurring pattern: depictions of women as competent athletes or protagonists in football were more likely to be restricted, whereas caricatured or mocking portrayals circulated more easily. Through the examination of these materials, the chapter demonstrates that censorship archives can serve as valuable sources for not only understanding the institutional mechanisms of cultural control, but also for analysing the regimes of visibility that have shaped the historical trajectory of women's football in Brazil. In doing so, the study contributes to the expansion of the methodological repertoire for researching football, gender and culture in Brazil.

Keywords: women's football; gender; cultural censorship; regimes of visibility; resistance.

Introdução

Este capítulo tem origem na conferência apresentada na mesa-redonda “Estudos e pesquisas sobre futebol: balanço, panorama e perspectivas”, realizada no auditório do Museu Cosme e Damião, do Clube Lisboa e Benfica, em 29 de setembro. Na ocasião, tive a oportunidade de compartilhar o debate com os colegas Pedro Amorim, Ricardo Ferreira e António Pinto, vinculados ao Centro de Documentação e Informação e à Direção de Património do clube, bem como com João Tiago Lima, do Departamento de Filosofia da Universidade de Évora.

A proposta da mesa orientou minha intervenção para uma reflexão sobre os percursos metodológicos que venho mobilizando em minha pesquisa sobre trajetórias de mulheres que, de diferentes maneiras, estiveram envolvidas com o futebol no Brasil ao longo do século XX. Trata-se de experiências frequentemente ausentes das narrativas dominantes sobre o esporte. Como observa Michelle Perrot (2005), a história das mulheres é marcada por silêncios produzidos pelos próprios regimes de produção do arquivo e da historiografia, que historicamente privilegiaram sujeitos,

espaços e práticas associados ao universo masculino e a formas socialmente legitimadas de masculinidade, frequentemente articuladas à ideia de masculinidade hegemônica (Connell; Messerschmidt, 2005). Nesse sentido, investigar a presença de mulheres no futebol implica enfrentar lacunas documentais e narrativas, mobilizando estratégias de pesquisa capazes de rastrear vestígios dispersos em fontes muitas vezes marginais ou fragmentárias.

A crescente digitalização de acervos documentais e hemerográficos tem desempenhado um papel importante ao ampliar as possibilidades de acesso a materiais antes pouco consultados ou de difícil circulação. A disponibilização desses documentos não apenas amplia o repertório empírico disponível, como também abre espaço para revisões historiográficas e analíticas acerca da presença e das formas de atuação de mulheres no futebol brasileiro ao longo do século XX.

Ao abordar a temática proposta para a mesa, duas autoras me pareceram particularmente fecundas para pensar a relação entre mulheres e futebol no Brasil e as formas como essa relação tem sido construída como objeto de investigação. A primeira é a antropóloga Marilyn Strathern (1995), que chama atenção para o modo como transformações sociais – muitas vezes impulsionadas por novos hábitos, reivindicações políticas ou mudanças tecnológicas – podem produzir deslocamentos nas formas de nomear e descrever a realidade. No contexto das sociedades de língua inglesa, por exemplo, debates feministas a partir dos anos 1970 problematizaram o caráter androcêntrico de certas convenções linguísticas, levando à revisão de usos considerados universais ou neutros, como o emprego genérico de *man* ou de pronomes masculinos para designar sujeitos indeterminados.

Para Strathern (1995), mudanças desse tipo revelam como as categorias linguísticas participam da organização simbólica das relações sociais. Em outras palavras, as formas de nomeação não apenas descrevem o mundo social, mas também contribuem para delimitar aquilo que pode ser reconhecido, pensado e representado dentro de determinado sistema cultural.

Essa reflexão se torna particularmente instigante quando pensamos o universo do futebol no Brasil. Até relativamente pouco tempo, por exemplo, a palavra “zagueira” praticamente não aparecia em registros escritos ou digitais, enquanto o termo “goleira” era frequentemente associado à gola de roupas, e não à posição esportiva. Esse hiato semântico revela mais do que uma lacuna lexical: ele indica as limitações históricas para imaginar mulheres ocupando determinadas posições no campo esportivo. Como sugere Strathern (1995), aquilo que não é nomeado tende a permanecer fora do horizonte simbólico de uma sociedade. Nesse sentido, a ausência ou rarefação da flexão de gênero na linguagem do futebol aponta também para os limites históricos de reconhecimento da presença de mulheres nesse universo.

A segunda autora que orienta essa reflexão é a historiadora da arte Linda Nochlin (1971), em seu célebre ensaio *Why Have There Been No Great Women Artists?*. Ao formular essa pergunta, Nochlin demonstra que ela não é neutra: já carrega implicitamente uma resposta, a de que as mulheres seriam incapazes de alcançar genialidade ou grandeza artística. O argumento central da autora, entretanto, é outro. Para Nochlin, o problema não reside nas capacidades individuais das mulheres, mas nas estruturas institucionais e nas formas de organização social que historicamente limitaram suas oportunidades de formação, reconhecimento e consagração.

Um exemplo recorrente em sua análise é o caso das academias de arte na França. Mesmo quando mulheres passaram a ser admitidas nessas instituições, na segunda metade do século XIX, elas eram impedidas de frequentar aulas com modelos humanos nus – elemento fundamental para a formação em pintura histórica e figurativa. Em seu lugar, eram frequentemente direcionadas a temas considerados apropriados, como paisagens ou natureza-morta. Nesse sentido, a ausência de “grandes artistas mulheres” não resulta de incapacidade individual, mas das condições estruturais que moldaram suas trajetórias.

O argumento de Nochlin (1971) é particularmente produtivo porque desloca o foco da busca por figuras excepcionais para a investigação dos

mecanismos institucionais que produziram desigualdades. Como a própria autora sugere, esse deslocamento metodológico pode ser estendido a outras áreas do conhecimento. No caso do futebol, isso nos permite reformular perguntas frequentemente naturalizadas. Em vez de perguntar por que não teríamos tido mulheres “geniais” no futebol brasileiro ao longo de grande parte do século XX, torna-se mais produtivo questionar: quais condições sociais, políticas e institucionais limitaram o desenvolvimento e a visibilidade de suas trajetórias?

Por que não surgiram, nesse período, jogadoras amplamente reconhecidas por suas habilidades, como Leônidas da Silva, Garrincha ou Pelé? Ou cronistas esportivas com projeção semelhante à de Nelson Rodrigues ou João Saldanha? Este último, inclusive, foi treinador da seleção brasileira antes da Copa do Mundo de 1970. A ausência dessas figuras no imaginário esportivo nacional não deve ser interpretada como evidência de incapacidade das mulheres no universo futebolístico, mas como resultado de processos históricos que restringiram o acesso das brasileiras a esse campo.

Nesse sentido, a chamada “questão da mulher”, tal como formulada por Nochlin, não é um problema periférico, mas um ponto de partida privilegiado para interrogarmos aquilo que frequentemente aparece como natural nas disciplinas acadêmicas e nas instituições sociais.

Embora provenientes de campos distintos, as reflexões de Perrot, Strathern e Nochlin convergem ao evidenciar que a ausência de mulheres em determinados registros históricos, linguísticos ou institucionais não deve ser interpretada como evidência de inexistência, mas como resultado de processos sociais que regulam aquilo que pode ser visto, nomeado e reconhecido

É a partir dessa perspectiva que tenho conduzido pesquisas nos últimos anos, sobretudo utilizando os materiais disponibilizados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional, buscando compreender as estruturas institucionais e os mecanismos de controle que historicamente restringiram o espaço futebolístico aos homens. Inicialmente, procurei documentos como processos judiciais ou relatórios policiais que

pudessem indicar eventuais prisões de mulheres pela prática do futebol durante o período de proibição da modalidade no Brasil (1941-1979), lembrando que a regulamentação oficial do futebol feminino de campo só ocorreu em 1983.

Durante essa investigação, deparei-me com um conjunto significativo de processos produzidos pela Divisão de Censura de Diversões Públicas, órgão responsável pela regulação de espetáculos culturais durante a ditadura civil-militar brasileira. Esses documentos se referiam a produções culturais e formas de entretenimento que, de diferentes maneiras, abordavam a temática do futebol feminino ou a relação entre mulheres e futebol. Esse achado revelou que o futebol de mulheres também foi objeto de censura cultural, um elemento que contribuiu para moldar as condições de visibilidade e as trajetórias de mulheres no futebol brasileiro nesse período. É a partir dessa perspectiva que se orienta a reflexão apresentada neste capítulo.

Diante disso, este capítulo analisa documentos produzidos no âmbito da Divisão de Censura de Diversões Públicas, buscando compreender de que maneira a união entre futebol e mulheres foi enquadrada no campo da censura cultural e quais os efeitos desse enquadramento sobre as formas de visibilidade, circulação e representação das mulheres no universo futebolístico.

Censura cultural e regimes de visibilidade: gênero e representação no futebol de mulheres

Não é dissenso que o futebol no Brasil é atravessado por uma lógica de gênero masculino cis-heteronormativo, construída historicamente e responsável por definir quem pode ou deve ocupar o espaço futebolístico, seja na prática esportiva, seja na produção de conhecimento sobre o tema. Para pensar essa dinâmica, mobilizo o conceito de “gênero da bola”, desenvolvido pela antropóloga Mariane Pisani (2018), que evidencia como o futebol

se consolidou como um território simbólico e institucional marcado pela masculinidade (Rial; Almeida, 2024).

Nesse sentido, recorro também às contribuições de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) para refletir sobre relações de poder que operam de forma interseccional, moldando comportamentos, oportunidades e trajetórias individuais e coletivas. Essas dinâmicas articulam diferentes marcadores sociais – como gênero, raça, classe social, geração e sexualidade – e ajudam a compreender como determinadas presenças são legitimadas enquanto outras permanecem marginalizadas no universo do futebol. Para compreender como a presença de mulheres no esporte foi historicamente regulada no Brasil, é necessário considerar os mecanismos institucionais e simbólicos que produziram regimes de visibilidade (Foucault, 1987) – sistemas que definem quem pode ser reconhecido e sob quais condições.

A institucionalização da censura ao longo do século XX constitui um elemento central desse processo. Durante o Estado Novo (1937–1945), o controle da produção cultural foi centralizado no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Posteriormente, durante a ditadura civil-militar instaurada em 1964, esses mecanismos tornaram-se ainda mais capilarizados. Órgãos censores passaram a avaliar peças teatrais, músicas, programas de rádio e televisão, autorizando ou vetando conteúdos considerados ofensivos à moral ou potencialmente subversivos.

A noção foucaultiana de regimes de visibilidade ajuda a compreender essa dinâmica (Foucault, 1987). A censura não operava apenas como supressão de conteúdos, mas como um dispositivo que organizava as formas legítimas de representação social. Ao autorizar determinados discursos e interditar outros, delimitava quais imagens de mulheres no futebol poderiam circular publicamente. Como indicam os documentos analisados, representações que reforçavam estereótipos de gênero – como a ridicularização ou a desqualificação da presença mulheres nesse esporte – tendiam a ser toleradas, enquanto narrativas que apresentavam mulheres como atletas competentes ou protagonistas encontravam maiores obstáculos de circulação.

Esse controle institucional se somava a um contexto de longa exclusão das mulheres do universo futebolístico. A cronologia de sua presença no futebol brasileiro revela uma trajetória marcada por avanços e retrocessos (Mourão; Morel, 2008). Há registros de mulheres jogando desde pelo menos 1913, mas o marco institucional decisivo ocorreu em 1941, quando um decreto do Conselho Nacional de Desportos (CND) proibiu oficialmente a prática de determinadas modalidades esportivas por mulheres, entre elas o futebol (Almeida, C., 2019; Almeida, C.; Almeida, T., 2020).

A prática não desapareceu, mas passou a ocorrer em condições frequentemente marginais ou clandestinas. Jogos eram organizados em formatos festivos ou espetaculares, muitas vezes associados a apresentações de vedetes, partidas beneficentes ou eventos de entretenimento. Em outras palavras, havia uma espécie de tolerância condicionada: o futebol de mulheres podia existir como espetáculo, mas não como prática esportiva legitimada.

Apesar dessas restrições, mulheres continuaram a organizar equipes e disputar partidas em diferentes espaços. Nas décadas de 1960 e 1970, multiplicam-se registros de jogos em praias, quadras improvisadas, campos de várzea e periferias urbanas, frequentemente fora do circuito esportivo oficial. Pesquisas como as de Rigo et al. (2008) e Bonfim (2019) mostram como essas iniciativas se expandiram em diversas regiões do país.

Um exemplo significativo vem do Recife, com a equipe Coisinha do Pai, liderada por Carminha Nóbrega (Capucim e Silva, 2015; Almeida; Pisani; Gomes, 2024). O grupo desenvolveu estratégias variadas de inserção no universo futebolístico: ocupação de espaços alternativos de jogo, como praias e preliminares de partidas de homens; mobilização de discursos que enfatizavam o caráter amador e “gracioso” da prática de mulheres; e pressão por reconhecimento institucional. Em 1980, essas mulheres chegaram a organizar o I Congresso de Futebol Feminino.

Essas iniciativas mostram como as jogadoras negociaram e tensionaram os limites impostos pelo regime esportivo e moral da época. A regulamentação oficial do futebol para mulheres no Brasil só ocorreria em

1983, com a realização da primeira Taça Brasil de Futebol Feminino, mas esse marco foi precedido por múltiplas experiências locais e estratégias de resistência – de Copacabana a Araguari (MG), das periferias recifenses ao interior do Rio Grande do Sul, passando por eventos como o I Festival de Mulheres nas Artes, em São Paulo (Almeida, 2013; Almeida; Pisani; Gomes, 2024).

Nesse contexto, a análise dos documentos produzidos pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) permite observar como o futebol de mulheres foi tematizado no campo da cultura e do entretenimento durante o período de vigência da proibição formal. O corpus examinado inclui as canções “Gol anulado”, de Aldir Blanc e João Bosco; “Futebol feminino”, de José Timóteo Filho, Antonio Pereira da Silva e Gilberto Silva de Almeida; “Mulher no futebol”, de Antonio Sousa Lima, além do quadro humorístico “Loucura de futebol”, apresentado por Jô Soares em 1971. A hipótese que orienta a análise é que a censura não avaliava apenas conteúdos considerados impróprios, mas também regimes de representação que reafirmavam hierarquias de gênero.

A canção “Gol anulado”², lançada em 1976, narra um episódio de violência doméstica desencadeado por rivalidade clubística: “Quando você gritou mengo no segundo gol do Zico, tirei sem pensar o cinto e bati até cansar” (Bosco; Blanc, 1976). O eu lírico relata ter agredido a companheira após ela comemorar um gol do Flamengo. Apesar da referência explícita à agressão, a música foi liberada sem cortes. Nela, o futebol aparece como mediador das emoções masculinas, articulando rivalidade esportiva, honra e autoridade doméstica. Essa dinâmica dialoga com o conceito de masculinidade hegemônica (Connell; Messerschmidt, 2005), que descreve padrões culturais que legitimam relações de poder entre homens e mulheres.

A liberação da canção torna-se compreensível nesse contexto. A narrativa não questiona as estruturas de gênero que sustentam a violência nem desloca o futebol de sua posição como território simbólico da

2 Agradeço à Carmen Rial por me chamar a atenção para a letra desse clássico da MPB.

masculinidade. Representações desse tipo, que reiteravam padrões já naturalizados, eram mais facilmente admitidas na esfera pública. O contraste com outros materiais analisados é ilustrativo. Produções que ridicularizavam a presença de mulheres no universo futebolístico eram autorizadas com facilidade, enquanto aquelas que sugeriam protagonismo ou competência esportiva encontravam maiores obstáculos.

O quadro humorístico “Loucura de futebol”, apresentado por Jô Soares em 1971, segue essa lógica. Na cena, uma mulher atua como comentarista esportiva, mas demonstra desconhecimento das regras do jogo, confundindo nomes de times e concentrando-se em aspectos estéticos dos uniformes. O humor se constrói pela desqualificação cognitiva da narradora, reforçando a ideia do futebol como domínio masculino.

Entre as canções analisadas, duas foram liberadas e uma, vetada. Em “Mulher no futebol”, submetida à censura em 1984, a prática de mulheres aparece como motivo de escárnio, com versos que afirmam que “futebol feminino é uma gozação” (Lima, 1984). A canção foi autorizada após análise da gravação, indicando que a desqualificação da presença de mulheres nesse esporte não representava ameaça à ordem simbólica vigente.

Já o carimbó “Futebol feminino”, submetido em 1975, destacava a habilidade das mulheres em campo. Os censores alegaram que a expressão “mulher que chuta bem” (Timóteo Filho; Silva, A.; Silva, G., 1975) poderia sugerir duplo sentido, fundamentando o veto no artigo 41 do Decreto nº 20.493/1946. Mesmo após alterações na letra e nova submissão, a obra permaneceu proibida.

Paradoxalmente, enquanto produções que ridicularizavam a relação entre mulheres e futebol eram autorizadas, a canção que reconhecia a competência das jogadoras foi considerada inadequada para circulação pública. Tomados em conjunto, esses casos indicam um padrão consistente: representações que reafirmavam estereótipos de gênero eram toleradas, enquanto narrativas que valorizavam a presença de mulheres no futebol enfrentavam maior resistência institucional. A censura operava, assim, não apenas como instrumento de controle político, mas também como um

dispositivo que regulava as formas legítimas de representação das mulheres no esporte. É com base nessa articulação entre censura, linguagem e regimes de visibilidade que se torna possível refletir sobre as condições históricas que moldaram – e muitas vezes limitaram – a presença das mulheres no futebol brasileiro.

Considerações finais

Retomando as provocações apresentadas na introdução, as reflexões de Strathern (1995) e Nochlin (1971) ajudam a compreender que a ausência de mulheres em determinados campos sociais não deve ser interpretada como evidência de incapacidade ou inexistência, mas como resultado de processos históricos que regulam aquilo que pode ser nomeado, representado e reconhecido. No caso do futebol brasileiro, os documentos analisados mostram que, além da proibição formal da prática esportiva, operou também um conjunto de mecanismos de controle cultural que restringiu as formas legítimas de imaginar e representar mulheres no universo futebolístico.

Os pareceres da Divisão de Censura de Diversões Públicas indicam um padrão consistente: representações que ridicularizavam ou deslegitimavam a presença de mulheres no futebol eram frequentemente autorizadas, enquanto narrativas que atribuíram competência técnica ou protagonismo esportivo às mulheres enfrentavam maior resistência institucional. A censura, portanto, não atuou apenas como instrumento de controle político, mas também como um dispositivo que organizou regimes de visibilidade, delimitando as imagens socialmente aceitáveis das mulheres no esporte.

Ao mesmo tempo, os exemplos discutidos neste capítulo evidenciam que essas restrições não impediram a emergência de múltiplas formas de resistência. Em praias, campos de várzea, eventos culturais e iniciativas associativas, mulheres continuaram a jogar, organizar equipes e reivindicar reconhecimento para a prática do futebol. Essas experiências mostram

que a história do futebol de mulheres no Brasil foi marcada por disputas contínuas entre mecanismos de exclusão e estratégias de permanência.

A análise dos arquivos de censura revela, portanto, não apenas os limites impostos à presença de mulheres no futebol, mas também as disputas simbólicas que moldaram sua visibilidade pública. Ao mobilizar esse tipo de documentação como fonte de pesquisa, abre-se um caminho metodológico promissor para investigar como gênero, cultura e poder se articularam na construção histórica do futebol no Brasil. Nesse sentido, estudar o futebol de mulheres não significa acrescentar um capítulo marginal à história do esporte, mas ampliar as possibilidades analíticas para compreender as relações entre gênero, linguagem, instituições e regimes de visibilidade na sociedade brasileira.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Caroline Soares. *Boas de bola: um estudo sobre o ser jogadora de futebol no Esporte Clube Radar durante a década de 1980*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

ALMEIDA, Caroline Soares. Mulheres futebolistas: debates sobre violência e moral durante o Estado Novo brasileiro. *Lusotopie*, v. 18, n. 1, p. 95-118, 2019.

ALMEIDA, Caroline Soares; PISANI, Mariane S.; GOMES, Maria C. S. Do futebol clandestino à resistência: a luta de mulheres para a prática do futebol no Recife. In: RIBEIRO, Raphael R.; SPAGGIARI, Enrico; ALMEIDA, Caroline S. (orgs.). *Futebol popular*. São Paulo: Ludopédio, 2024. p. 179-217.

ALMEIDA, Caroline Soares; ALMEIDA, Thaís R. Deve ou não deve o football invadir os domínios das saias?: histórias do futebol de mulheres no Brasil. *ICSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, n. 31, p. 168-191, 2020.

BONFIM, Aira Ferreira. *Football feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941)*. Dissertação (Mestrado em História), Fundação Getulio Vargas, 2019.

BOSCO, João; BLANC, Aldir. Gol anulado. In: *Galos de briga*. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1976.

BRASIL. *Decreto-lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941*. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [1941]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decrei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 7 mar. 2022.

CAPUCIM E SILVA, Giovana. *Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1941-1983)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, 2015.

CAPUCIM E SILVA, Giovana. *Futebol: substantivo masculino – disputas acerca do futebol de mulheres na imprensa do Rio de Janeiro e Recife durante sua interdição (1941-1983)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, 2025.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONNELL, Raewyn W.; MESSERSCHMIDT, James W. Hegemonic Masculinity: Rethinking the Concept. *Gender & Society*, v. 19, n. 6, p. 829-859, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.

MOURÃO, Ludmila; MOREL, Márcia. As narrativas sobre o futebol feminino: o discurso da mídia impressa em campo. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 26, n. 2, p. 73-86, 2008.

NOCHLIN, Linda. Why Have There Been No Great Women Artists? *ARTnews*, v. 69, n. 9, p. 22-39; 67-71, 1971.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005.

PISANI, Mariane. *Sou feita de chuva, sol e barro: o futebol de mulheres praticado na cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, 2018.

RIAL, Carmen; ALMEIDA, Caroline Soares de. O gênero da bola: mulheres e futebol na mídia. *Alceu*, v. 24, n. 52, p. 84-119, 2024.

RIGO, Luiz Carlos; GUIDOTTI, Flávia G.; THEIL, Larissa Z.; AMARAL, Marcela. Notas acerca do futebol feminino pelotense em 1950: um estudo genealógico. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 29, n. 3, p. 73-86, 2008.

STRATHERN, Marilyn. Necessidade de Pais Necessidade de Mães. *Revista Estudos Feministas*, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 303, 1995.

Parte II

MIGRAÇÃO, MOBILIDADE E RACISMO

